



Anais da Assembleia

Nº 49

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE MAIO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 37.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Dalton Machuca.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Távares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Luiz Antonio Setti, Nelson Justus, Ovídio Constantino e Rafael Greca de Macedo (05)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 996

Senhor Presidente.

Os Deputados autores do presente, adiante subscritos, REQUEREM, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o acolhimento como posicionamento oficial do

Poder Legislativo, das propostas e conclusões do FÓRUM DE DEBATES SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ, realizado por esta Casa, no dia 07 de maio próximo passado, conforme programação anexa.

- Carta em defesa do ensino superior público, gratuito e de qualidade, pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, pelo Congresso Nacional;

- carta à revista "Veja", em repúdio ao modo simplista e ultrajante com que tratou a questão do Ensino Superior, atingindo pela generalização, instituições com excelente produção, como as paranaenses;

- endosso à contraproposta do Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior - ANDES, ao projeto do Governo Collor de Mello para a educação;

- apelo ao Governador para que abra negociações com o Comando de Mobilização das Instituições Estaduais de Ensino Superior;

- encaminhamento das conclusões do Fórum às autoridades nacionais e estaduais, em defesa da Universidade Federal do Paraná e das Universidades Estaduais.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(aa) ALGACI TÚLIO

EMÍLIA BELINATI

REQUERIMENTO Nº 991

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, em nome da população do Estado do Paraná, MANIFESTAÇÃO CONTRÁRIA À PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DOS MANDATOS DOS ATUAIS PREFEITOS E VEREADORES, que está sendo encampada pelo projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, de autoria do Deputado José Lourenço, numa atitude que relembra a volta da "Cultura dos Casuísmos Eleitorais", fartamente utilizadas durante a Ditadura Militar, e que se presumia sepultada, em nova tentativa de fraudar a vontade do eleitorado que elege seus representantes por tempo certo e limitado.

Requer ainda, seja dada ciência do presente aos Congressistas paranaenses e a todos os Líderes de Partidos com assento no Congresso Nacional, bem como a todas as Câmaras de Vereadores e Prefeituras do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(aa) OVÍDIO CONSTATINO

DOCTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALFREDO VALÉRIO, ocorrido dia 29.04.91, em Rio Negro.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 79 anos faleceu, em Rio Negro, o Senhor ALFREDO VALÉRIO, deixando 08 filhos, 39 netos e 12 bisnetos.

O passamento de Alfredo Valério, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Alfredo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família VALÉRIO, endereçando à ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 997

Senhor Presidente.

Os Deputados autores do presente, adiante subscritos, REQUEREM, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, acolhimento como posição oficial do Poder Legislativo, das propostas e conclusões aprovadas no FÓRUM DE DEBATES SOBRE AS UNIVERSIDADES DO PARANÁ, realizado neste Poder Legislativo, nos dias 07 e 08 de maio.

Que do teor do presente seja dada ciência ao Senhor Governador do Estado, Secretários da Administração, Casa Civil, Ciência e Tecnologia, Planejamento, Educação e Cultura.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(aa) ALGACI TÚLIO

EMÍLIA BELINATI

Apoiamento: Colombino Grassano e Doutor Rosinha.

REQUERIMENTO N° 976

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve, tendo recebido convite para a solenidade de assinatura do

contrato de restauro do Palácio do Congresso Estadual - atual sede, na Rua Barão do Rio Branco, em Curitiba, da Câmara Municipal - REQUER à egrégia Assembléia que registre em seus Anais, moção de congratulações aos Vereadores membros daquela Casa, e à ilustre Comissão Executiva, pela iniciativa em favor da nossa memória coletiva.

A Assembléia funcionou ali de 1895/1896 até 1957.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

O segundo restauro do Palácio do Congresso - atual sede da Câmara Municipal de Curitiba - foi determinado pela atual Comissão Executiva do Poder Legislativo do Município da Capital, com assinatura de contrato do último dia 06 de maio, exatamente a data do centenário da assinatura do contrato de construção; conforme referem os Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná, que informam ter sido "contratado o engenheiro Ernesto Guaita, para construção do Palácio do Congresso Provincial, a 06 de maio de 1891..." (sic) (A fonte desta informação é o Boletim n° 23, ano 4, da Fundação Cultural de Curitiba - 1977).

REQUERIMENTO N° 975

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente oficial ao Senhor Antônio Grassano Júnior, Prefeito e Senhor Nelson Guidoni, Presidente da Câmara Municipal de Arapongas; manifestando a eles um voto de louvor, pelos bons resultados que estão obtendo na administração municipal, em meio à reinante crise econômica, obtendo entre outros sucessos, a elevação na receita do município, com base no desempenho industrial de seu parque moveleiro.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

O município de Arapongas tem registrado aumento em sua receita tributária, graças ao desempenho de seu parque industrial, como se está divulgando atualmente.

Esses resultados tornam-se muito importantes e valiosos, quando ocorrem numa época de crise econômica em que os demais municípios e setores da economia nacional estão sofrendo com a drástica redução de suas receitas.

Somente uma administração racional e bem entrosada, com larga visão, pode levar a tal resultado, que engrandece os homens públicos e aumentam o nível do bem-estar da população.

Pretende-se com a atual medida elogiar

e destacar a atuação desses agentes públicos, para encorajar que outros sigam seus exemplos e obtenham igual sucesso.

REQUERIMENTO N° 974

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor ALCENI GUERRA, Ministro da Saúde, pedindo urgência na aprovação e liberação de recursos à Secretaria de Saúde do Estado, para transferência em forma de auxílio aos municípios, para aquisição de equipamentos padrão a todos os Postos e Centros de Saúde, num total de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros).

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Saúde do Estado elaborou um Plano de Aplicação de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) para obtenção junto ao Ministério da Saúde, de recursos a repassar aos municípios paranaenses, conforme ofício n° 287/91/GS da SESA.

Diante da perspectiva de liberação imediata de recursos, muitos municípios paranaenses fizeram seus planos e construíram instalações de saúde para receber os equipamentos para funcionamento.

Com a demora na liberação, problemas vão surgindo no atendimento à população e o presente pedido visa fazer com que o Ministério atenda urgentemente ao plano apresentado, para que o Estado possa atender os municípios.

REQUERIMENTO N° 974-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido do douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador; ao Senhor Secretário de Segurança; Comandante da Polícia Militar e à Diretor da Polícia Civil do Estado do Paraná, solicitando a liberação de verbas para reforma geral da cadeia pública de Catanduvas; para construção de 01 (um) alojamento para os policiais militares que prestam serviços naquele município, bem como, o envio de verbas para o Conselho Municipal de Segurança de Catanduvas.

Solicita ainda, seja dado conhecimento do presente a Senhora Ana Becker, Presidente do Conselho Municipal de Segurança de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento: Rossoni, Heinz Herwig, Mário Bezerra, João Iensen, Hermas Brandão,

Domingos Carvalho e Lourenço Fregonese.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade solicitar aos Ilustríssimos Senhores, Governador do Estado; Secretário de Segurança e Comandante da Polícia Militar e Diretor da Polícia Civil do Estado do Paraná, verbas para a reforma geral da Cadeia Pública de Catanduvas; construção de 01 (um) alojamento para os policiais militares que prestam serviços naquele município, bem como o envio de verbas para o Conselho Municipal de Segurança de Catanduvas.

É imprescindível que o bem-estar das comunidades politicamente organizadas seja garantido através do bom funcionamento da máquina administrativa, em especial, a segurança pública. Por esta razão, a população do município de Catanduvas está solicitando verbas suficientes a proporcionar melhorias na área de segurança deste progressista município.

Assim sendo, tendo em vista que o Estado tem por atribuição básica proporcionar aos seus contribuintes tranqüilidade por meio da segurança pública, reveste-se como das mais justas a presente reivindicação deste município, que tanto tem contribuído para o desenvolvimento de nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 977

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente oficial ao Ilustríssimo Senhor Superintendente Regional do Banco Central do Brasil no Paraná, solicitando gestões especiais no sentido de agilizar a solução de processos de PROAGRO encaminhados à Comissão Especial de Recursos - CER/MA.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

As safras agrícolas no ano de 1989, também no Paraná, sofreram prejuízos decorrentes da seca, ocasionando um grande número de pedidos de cobertura de PROAGRO que acabaram atingindo a Comissão Especial de Recursos, provocando sobrecarga de serviços, resultando em grande demora na solução.

Milhares de pedidos encontram-se sem solução desde o ano de 1989, agravando ainda mais a situação financeira dos agricultores, já descapitalizados.

Em seus trâmites, os processos devem merecer aprovação do Banco Central do Brasil, pelo que nesta oportunidade a ele acorremos para abreviar a solução das pendências e dispor recursos para os agricultores prosseguirem em suas atividades produtivas.

REQUERIMENTO N° 979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, envio de expediente ao Congresso Nacional, solicitando reprovação total e definitiva a qualquer instrumento que vise à prorrogação de mandato dos atuais prefeitos e vereadores do País.

Solicita ainda, remessa de ofício a todas as Assembléias Legislativas da Federação e Câmaras Municipais do Estado do Paraná, pedindo envio de expediente do mesmo teor à Câmara dos Deputados e Senado Federal, visando a mobilização nacional contra a malfadada prorrogação.

Solicita seja remetido, ainda, aos Governadores de Estado, solicitando-lhes manifestação contrária à iniciativa do Deputado Federal, José Lourenço (PFL-BH), autor da matéria que visa a prorrogação de mandatos.

Por fim, seja dada, também, ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, rogando-lhe vetar por inteiro qualquer anteprojeto de lei que tenha o objetivo de prorrogação de mandatos.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

Apoiamento: Rossoni, João Iensen, Rafael Greca de Macedo, Doutor Rosinha, Alceu Swarowski e Renato Adur.

JUSTIFICATIVA:

A prorrogação de mandatos é espúria e fere de morte o processo democrático pelo qual o Brasil ainda caminha. Não devemos retroagir no tempo. É necessário que a classe política demonstre respeito ao que reza a Carta Magna. A prorrogação de mandatos bonificando indistintamente bons e maus administradores públicos por mais 02 (dois) anos, sem o desejo expresso do povo junto às urnas, é um verdadeiro atentado aos direitos do cidadão. Alegar-se despesas que contribuam para a escalada inflacionária é muito pouco perante os descalabros financeiros cometidos por centenas e centenas de executivos públicos, que vivem impunes, sem ao menos serem arranhados pelas malhas da lei.

Prorrogar mandatos é sepultar de vez a histórica mobilização nacional pelas Diretas Já, promovida pelo PMDB e tendo à frente o saudoso Tancredo Neves; é ser contra todas as filosofias partidárias; é ser incoerente com todas as pregações levadas a comício. Quem de nós, políticos eleitos em outubro de 1990, atrever-se-ia, à época do pleito, defender a prorrogação de mandatos? Ninguém. Quem o fizesse, com certeza seria escorraçado pelo povo.

O Congresso Nacional não pode contribuir para a falência da já concordatária classe política. A nós, Deputados Esta-

duais, cabe o papel de discutir e reprovar as atitudes antipatrióticas e antidemocráticas, praticadas por poucos e que, infelizmente, alcançarão a todos os brasileiros.

Que o Paraná se levante pelo Brasil.

REQUERIMENTO N° 981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor EDUARDO TEIXEIRA, Digníssimo Ministro da Infra-Estrutura, solicitando obras de melhoria na BR-277, no trecho compreendido entre os municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu, conforme abaixo especificadas:

a) Duplicação da rodovia no trecho supracitado;

b) construção da terceira pista nas rampas ascendentes;

c) reconstrução do acostamento.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A BR-277 possui um entroncamento no município de Cascavel, que, pela sua posição geográfica, é ponto de encontro de diversas rodovias, as quais têm origem nos Estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo e outros Estados da Região Sudeste, bem como do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; transitando por essa BR, desse ponto até Foz do Iguaçu, volumoso número de caminhões de carga e veículos de passeio, por se tratar esse município de polo turístico de primeira grandeza, com conexão para as cidades do Paraguai e Argentina.

O tráfego intenso pela BR-277, nesse trecho, tem motivado problemas naturais de congestionamento e provocado inúmeros acidentes fatais, sendo necessário dessa forma, a urgente execução de obras de melhoria, conforme reivindicamos, na certeza de que, se atendido o postulado, haverá um decréscimo considerável no número de acidentes, e o fim do congestionamento, uma vez que o mesmo é ocasionado principalmente pela lentidão dos veículos de carga.

REQUERIMENTO N° 982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Engenheiro HAMILTON LANCIA, MD Chefe do 9° Distrito Rodoviário Federal, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, solicitando as medidas necessárias visando a construção da terceira pista nas rampas ascendentes, e a reconstrução do acostamento, da BR-277, no trecho compreendido entre os municípios de Cascavel e Foz do

Iguaçu.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A BR-277 possui um entroncamento no município de Cascavel, que, pela sua posição geográfica, é ponto de encontro de diversas rodovias, as quais têm origem nos Estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo e outros Estados da Região Sudeste, bem como do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; transitando por essa BR. desse ponto até Foz do Iguaçu, volumoso número de caminhões de carga e veículos de passeio, por se tratar esse município de polo turístico de primeira grandeza, com conexão para as cidades do Paraguai e Argentina.

O tráfego intenso pela BR-277, nesse trecho, tem motivado problemas naturais de congestionamento e provocado inúmeros acidentes fatais, sendo necessário e urgente a construção da 3.^a pista nas rampas ascendentes, e a reconstrução do acostamento da rodovia, o que certamente auxiliará na diminuição do número de acidentes e evitará provavelmente o congestionamento ocasionado na maioria das vezes por veículos lentos de carga.

REQUERIMENTO N° 984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial de Esporte, com o intuito da liberação de recursos para a construção de uma quadra poliesportiva na localidade de Dorizon, na municipalidade de Mallet.

De conformidade com a deliberação do Poder Legislativo, através de sua Presidente, Senhora MARIA AMÉLIA S. TARTAROTTI, a construção de uma quadra poliesportiva constitui numa real necessidade e numa antiga solicitação por parte da sua laboriosa comunidade de Dorizon, particularmente dos jovens, que atualmente não dispõem de um local apropriado para a prática de esportes.

Em face da exiguidade de recursos orçamentários por parte daquele município, que esta Pasta estude a possibilidade de auxiliar financeiramente na realização da aludida obra.

Sala das Sessões, em 08.05.91

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 983

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Transportes, no sentido de solicitar pro-

vidências para pavimentação asfáltica no trecho que liga o município de Inácio Martins à BR-277, na altura do Distrito de Guará, município de Guarapuava, com extensão aproximada de 40 quilômetros.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação é antiga aspiração da comunidade de Inácio Martins, que deseja ver aquele município interligado por asfalto as demais regiões do Estado.

Considere-se que além de beneficiar o município de Inácio Martins, beneficiaria ainda o Distrito de Goes Artigas, que se localiza entre Inácio Martins e a sede do Distrito de Guará, o que beneficiaria em muito os produtores da região no escoamento de seus produtos.

REQUERIMENTO N° 985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Secretaria dos Transportes, no sentido de solicitar melhorias na pista de pouso localizada na Colônia Vitória, Distrito de Entre-Rios, município de Guarapuava, bem como sua inclusão em cartas aeronáuticas, de forma oficial.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Entre-Rios destaca-se por ser um grande centro produtor de grãos, além de ser a sede da maior maltaria da América Latina.

Assim, é de extrema necessidade a melhoria das condições de operação da pista de pouso de Entre Rios, localizada na Colônia Vitória, uma vez que esta pista faz parte estratégica no apoio à Aviação Agrícola e à Aviação Civil em Geral, principalmente em casos de emergência.

Solicita-se desta forma, que a Secretaria dos Transportes providencie melhores condições de uso da referida pista, tais como colocação de drenos, cercamento e a sua inclusão em cartas aeronáuticas, de forma oficial, assim como, se for possível tecnicamente, gramar toda a extensão da pista.

Outrossim, importante se salientar que tais melhorias são de custo relativamente baixo, mas de considerável importância para o desenvolvimento e segurança de vôos das aeronaves agrícolas, executivas e comerciais que venham a se utilizar daquela pista.

REQUERIMENTO N° 986

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, no sentido de solicitar a pavimentação asfáltica da Rodovia PR-364, trecho que liga a BR-277 ao Distrito de Goioxim, até o entroncamento da Rodovia que liga Laranjeiras do Sul a Palmital.

Sala das Sessões, em 08.05.91

(a) CÉZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A estrada que liga a BR-277 até o entroncamento da Rodovia Laranjeiras do Sul/Palmital, passando pelo distrito de Goioxim, é importante ligação que faz o escoamento das safras de inúmeros produtores da Região.

É grande a expectativa daquela pavimentação asfáltica, até porque foi feito serviço de terraplenagem e obras de arte naquele trecho, desconhecendo-se o porquê da paralização das obras.

Tal reivindicação é antiga, eis que em épocas de chuva fica quase intransitável, prejudicando o tráfego, conseqüentemente ocasionando grandes prejuízos aos produtores rurais, visto que por esta rodovia escoada grande produção agrícola.

REQUERIMENTO N° 987

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Presidente da EMBRAPA, Dr. Murílio Xavier Flores, no sentido de solicitar providências urgentes para realizar pesquisa relacionada à doença denominada Cancro da Soja ou queima da haste, que vem ocorrendo nas culturas da Região de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(a) CÉZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A Defesa Sanitária Vegetal da SEAB, preocupada com a incidência da nova doença na cultura de soja, denominada Cancro da Soja ou queima da haste, que ataca a haste e as vagens da cultura, interrompendo os vasos de circulação de seiva, impedindo a formação de grãos, ou mesmo secando totalmente a planta, realizou reunião de avaliação com agrônomos de Cooperativas e empresas de assistência da região, onde foi caracterizada a situação atual da doença na Região de Guarapuava.

A proliferação da doença já atinge todos os municípios da Região, exceto Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu, onde ainda não foi observada.

No entanto, os municípios de Guarapuava, Pinhão, Prudentópolis, Cantagalo e Turvo que representam juntos 90.000 ha. de plantio de soja já apresentam doença. Nota-se que algumas variedades, como Primavera, IAS-5, N-45 e BR-30, são as que têm mostrado maior tolerância; já as variedades

des Iguaçu, Bragg, OCEPAR 8 e 9, que formam aproximadamente 70% do plantio são as mais sensíveis, ocorrendo em algumas lavouras, inclusive perda total.

A gravidade da situação aumenta, já que a tecnologia brasileira não tem solução a ser apresentada aos agricultores, que se defrontam com uma doença que poderá inviabilizar a cultura do soja no País.

Não há recomendações para controle cultural, não há fungicidas com eficiência comprovada no mercado, assim como não há sementes de variedades tolerantes e produtivas.

Segundo os agrônomos a única solução viável seria a utilização de variedades resistentes, como ocorre nos Estados Unidos, onde convive-se com a doença há 30 anos. Ocorre que para a criação de variedades resistentes, são necessários alguns anos de estudos científicos, eis aí nossa reivindicação à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, para que realize estudo na Região, com vistas à erradicação do mencionado mal.

REQUERIMENTO N° 988

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, no sentido de solicitar providências para pavimentação asfáltica no trecho que liga a BR-277 ao futuro município de Diamante do Sul, hoje distrito de Guaraniaçu, com extensão de 15 Km.

Sala das Sessões, em 08.05.91

(a) CÉZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação tem por finalidade atender a população de Diamante do Sul, hoje ainda pertencente ao município de Guaraniaçu. Entretanto, já foi aprovado por esta Casa a criação do município de Diamante do Sul, estando o mesmo para realizar eleição já no próximo ano.

Há que se salientar, este é um dos únicos municípios do Estado que ainda não é ligado por pavimentação asfáltica, sendo que a região possui grande potencial de produção de milho, feijão e gado de corte, além de que não possui armazéns graneleiros, tendo sua safra que ser escoada através Guaraniaçu, passando por uma estrada sem as mínimas condições de tráfego, especialmente em períodos de chuva constante, quando os produtores chegam algumas vezes ao ponto de perder safras.

Daí, nossa solicitação para asfaltamento da mencionada rodovia, ligando Diamante do Sul à BR-277, numa extensão aproximada de 15 Km.

Destaque-se finalmente, que o futuro município de Diamante do Sul é um dos

grandes produtores de algodão de nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 989

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando a ligação asfáltica na rodovia que liga Palmital, passando pelo futuro Município de Laranjal até atingir o Município de Altamira do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.05.91

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa é uma reivindicação das lideranças políticas e comunitárias da Região, na expectativa de que o Estado possa lhe oferecer melhores condições de tráfego, numa estrada importantíssima para a região que é extremamente produtiva, não possuindo melhor meio para escoamento da produção, além de beneficiar o futuro município de Laranjal, cuja emancipação já foi aprovada por esta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 990

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente a SANEPAR, no sentido de solicitar providências para a construção de reservatório elevado e rede de distribuição de água no distrito de Corvo Branco, futura sede do recém criado Município de Cândói.

Sala das Sessões, em 08.05.91

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Corvo Branco será a partir do próximo ano a sede do futuro município de Cândói, conforme Lei aprovada por esta Casa de Leis.

Com vistas à instalação do futuro município, a Prefeitura Municipal de Guaraçuva já concluiu com recursos próprios, a perfuração de poço artesiano, dentro dos padrões de vazão suficientes para atendimento de toda a comunidade, conforme exigido pela SANEPAR.

Dessa forma, solicitamos que aquela empresa de saneamento tome as medidas necessárias, com vista à construção de reservatório elevado e rede de distribuição de água, complementando as obras já existentes para se fazer o atendimento necessário ao futuro município.

REQUERIMENTO N° 992

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o en-

vio de Expediente Oficial ao Senhor Doutor Alceni Angelo Guerra, DD. Ministro de Estado da Saúde Pública, no sentido de que sejam viabilizados estudos para a implantação de um Mini-Hospital, no Distrito de Herculândia, município de Umuarama.

Do aprovado, REQUER ainda, comunicação ao Senhor Alexandre Ceranto, Digníssimo Prefeito Municipal de Umuarama, ao Presidente da Câmara e ao Vereador Dario Anselmo de Souza, Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 08.05.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que os distritos vizinhos de Perobal e Vila Alta, em breve estarão contando com este benefício, entendemos que o Distrito de Herculândia, dada a grande distância que o separa da sede e principalmente devido ao elevado número de pessoas carentes que nele residem, necessita e comporta um mini-hospital, pois assim teria condições de oferecer um atendimento compatível na área da Saúde Pública.

REQUERIMENTO N° 993

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, Mui Digno Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO, no sentido de que sejam viabilizados estudos visando a instalação de um Posto Avançado, no Distrito de Herculândia, no município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Senhor Alexandre Ceranto, Prefeito Municipal de Umuarama, ao Vereador Dario B. Anselmo de Souza, e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 08.05.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação se justifica, em razão de ser Herculândia um distrito próspero e populoso, que não dispõem de agências bancárias, o que vem causando enormes transtornos a seus moradores, que para recolherem seus impostos, taxas, tributos, etc, precisam deslocarem-se até a sede, ou distritos vizinhos.

REQUERIMENTO N° 994

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao Senhor Mario Pereira DD. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabilizada a construção de uma passarela sobre a BR-272, acesso ao município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação

ao Senhor Moisés Mendes Sanches e Aristides Antonio de Campos, Digníssimo Vereador e ao Senhor Otoniel Ferreira, Mui Digno Prefeito Municipal de Iporã.

Sala das Sessões, em 08.05.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando o grande fluxo de veículos no cruzamento da Rodovia BR-272 com a Avenida João XXIII, principal via de acesso ao município, e considerando a necessidade de se eliminar o risco constante de acidentes no local, pois que existe um grande número de proprietários de chácaras que se localizam do outro lado da referida pista e com isto correndo grande risco de atropelamento, sugerimos ao Senhor Secretário estudos para viabilizar a construção da passarela solicitada.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 028/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na Gleba São Jorge, lotes 129 a 228, abaixo descrita, originariamente pertencente ao Município de Altônia, para que a respectiva população decida sobre a sua incorporação ao Município de São Jorge do Patrocínio, conforme disposição da Lei n. 9.569, de 08.02.91:

"Começa no rio Paraná, na foz do rio São João, e sobe por este até encontrar a antiga estrada Mestre, atual PR-487, que liga cidades de Pérola e Altônia até o lote n. 01, deste ponto segue pela divisa intermunicipal até encontrar a cabeceira do ribeirão Jequitibá, pelo qual desce até a sua foz no rio Paracai; por este abaixo até a sua foz no rio Paraná, pelo qual desce até a barra do rio São João, ponto de partida".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Desde a criação do município de São Jorge Patrocínio, em 22.06.81, pela Lei n. 7474, com território desmembrado do Município de Altônia, verificou-se a impropriedade por parte das divisas, pois, enquanto na maioria das regiões do novo município estas demarcações obedecerão, como de praxe, marcas naturais como rios e córregos, exatamente no ponto em questão, ou seja, na região Sudeste, foi marcada por limite seco, sem qualquer referencial geográfico, ao invés de continuar seguindo o curso do Ribeirão São João.

Curitiba, quarta, em 08.05.91

Fiel à essa realidade, a Lei n. 9569, de 08.02.91, já cuidou, de forma eficiente, das retificações das divisas do Município de São Jorge do Patrocínio, adequando-se à realidade local.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 166/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada a Região Administrativa de Foz do Iguaçu, com sede no Município do mesmo nome e como resultado do desmembramento da Região Administrativa de Cascavel, que será integrada pelos seguintes municípios:

FOZ DO IGUAÇU
SANTA HELENA
SANTA TEREZINHA DO ITAIPU
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU
MEDIANEIRA
MISSAL
MATELÂNDIA

Art. 2° - A implantação da Região Administrativa de Foz do Iguaçu dar-se-á 120 dias após a publicação da presente Lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI
DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta basea-se no Projeto de Lei n. 621/90, aprovado por esta augusta Casa de Leis em dezembro de 1990 que foi vetado pelo Executivo Estadual de acordo com o Ofício n. 65/91, de 18 de janeiro de 1991, recebendo o seguinte parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o veto n. 19/91 de 13 de março de 1991, "diante do acima exposto e levando em conta que o Senhor Governador nas razões expostas ao veto não encontrou nenhum traço de inconstitucionalidade da matéria, opinamos pela derrubada do veto".

Apesar da manifestação da CCJ, favorável a derrubada do veto do ex-governador, esta Assembléia Legislativa manteve o veto.

Ora, nada impede que esta Casa reaprecie a matéria, nesta nova legislatura, em respeito ao povo de Foz do Iguaçu e suas lideranças municipais que vêm lutando pela implantação da região administrativa.

O grande desenvolvimento econômico-social daquela região determina um tratamento especial por parte das autoridades estaduais, garantindo um acesso mais rápido da população aos diversos órgãos do Poder Executivo.

PROJETO DE LEI N° 167/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Todo veículo apreendido dentro dos limites do Estado, sendo comprovado através de flagrante delito que o proprietário exercia tráfico de drogas no momento da apreensão, será entregue a entidade assistencial, a título de fiel depositário.

Art. 2º - Todo veículo apreendido com numeração remarcada ou adulterada, deverá constar em relação mensal de forma a possibilitar a identificação pelo proprietário, publicada em Diário Oficial do Estado, e divulgada, em caráter policial, pela imprensa de todo o Estado do Paraná.

Art. 3º - Haverá prazo de tolerância por um período de 60 (sessenta dias) para que o proprietário identifique-o; após tal prazo, o veículo será entregue a entidades filantrópicas do município onde se registrou a apreensão.

Art. 4º - A distribuição de veículos será realizada, através de sorteio, com a supervisão de um Conselho constituído por membros da comunidade que atuem junto a entidade filantrópicas, estabelecendo prioridades no sentido a beneficiar as devidas associações.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

Apoiamento:

Rossoni.

JUSTIFICATIVA:

Extremamente prejudicial à saúde, a droga é um mal que se dissemina e corrói a saúde humana, depauperando as forças do toxicodependente que cada vez mais se degrada, escravizado pelo vício que o avilta.

Numa época em que a ambição de pessoas insensatas impele-as ao enriquecimento ilícito através de meios absolutamente reprováveis, quando sobretudo grande parte dos jovens e adolescentes saudáveis é induzida a experimentar os caminhos do vício, é imperioso que medidas drásticas sejam tomadas, afim de preservar o futuro desses cidadãos. Se o poder público constituído em qualquer país do mundo luta para combater as drogas, num país que vive em meio à pobreza que grassa, está muito mais à mercê de pessoas inescrupulosas, ávidas por transacionar num universo cada vez mais amplo a mercadoria que possuem. E a sociedade perde grandes valores onde o vício da droga impera. Esta é a razão: porque deve ser incentivado, para que se coíba o vício maior: a condenação de centenas de jovens que tanto teriam a oferecer ao mundo com a sua inteligência.

A propósito, a Constituição Federal reza no art. 243, Das Disposições Consti-

tucionais e Gerais: "As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei".

Por outro lado, nos pátios dos órgãos de segurança jazem, corroídos pelo abandono, centenas de carros que sequer em sucata podem ser transformados no passar do tempo, enquanto também centenas de entidades filantrópicas deixam de assistir famílias carentes por não disporem de um veículo que lhes permita minorar de forma no mínimo humana, os males do corpo que sofrem pessoas deserdadas. A solidariedade humana não deve restringir-se a palavras mas transmutar-se numa concretização feita de palpável solidariedade.

Se a sociedade sabe condenar, se tantos buscam desvirtuar, imperioso se faz que os que detêm o poder aprendam a lutar realmente, atingindo a raiz onde todo o problema se esconde. Que sejam entregues aos que nada têm, os meios usados para a promoção do vício.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Eurides Mora.

O SR. EURIDES MOURA - Nobre Presidente, digníssimos Senhores Deputados abordaremos muito rapidamente três assuntos.

O primeiro deles é voto de congratulações ao Município de Arapongas, ao ilustre Prefeito Antonio Grassano, à Presidência da Câmara e ao Município, pelo trabalho que vem realizando naquele grande Município.

Eis que no momento de crise, no momento de recessão, Arapongas consegue com trabalho dignificante, de base, vencer estes obstáculos e conseguir grande produtividade de ICM.

Cresce satisfatória e grandemente o ICM daquele município que, no momento em que todos nós reclamamos pela falta de empregos, Arapongas está realmente dando uma demonstração de competência, lá não há desemprego.

Estamos pedindo, então, apoio dos Senhores Deputados para esta nossa proposição, este nosso requerimento, e mais dois que iremos abordar.

O segundo, é no que se refere a PROAGRO. Todos nós conhecemos as grandes dificuldades por que passam os agricultores.

Houve uma grande frustração de safra 88/89. Os problemas climáticos fizeram com que os agricultores tivessem prejuízos consideráveis, por isso eles estavam e es-

tão pleiteando que haja liberação do pagamento do seguro de PROAGRO para que possam continuar trabalhando e sobrevivendo no momento real de dificuldade que atravessa a agricultura.

E o nosso terceiro requerimento, é pedir também o encaminhamento de uma solicitação ao Senhor Ministro da Saúde, no sentido da liberação de uma verba de 500 milhões de cruzeiros, que nos parece, houve um acordo no ano passado e eis que esta verba, infelizmente até o presente momento, não houve por bem chegar ao nosso Estado.

Então gostaríamos que houvesse uma atenção especial, porque tantos Prefeitos, já gastaram aquele dinheiro comprando aparelhos e até hoje, não há solução.

São apenas estes três assuntos que gostaríamos do apoio desta Casa, todos eles ao nosso ver, de relevância e de importância.

Muito obrigado Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

A minha condição, em virtude de laços de família que me unem ao Senhor Prefeito Municipal de Arapongas, impediam-me que manifestasse nesta Casa a situação atual do Município que represento, graças à instalação do seu parque industrial.

A manifestação de apoio e de aplauso feita pelo Senhor Deputado Eurides Moura, vizinho de Arapongas, de cujo Município, Rolândia, foi um grande Prefeito Municipal, esta manifestação comove-me e sobremaneira, enaltece também o Município de Arapongas que tenho a honra de representar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero fazer um apelo neste instante, nesta véspera da reunião dos Governadores do Cone Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que deverão se reunir amanhã na cidade de Santa Maria para apreciação de assuntos que dizem respeito a nossa região, neste momento importante para a vida paranaense, gostaria que os Senhores Deputados do Governo que dão sustentação à política governamental nesta Casa, refletissem mais uma vez sobre a gravidade do assunto que vai ser discutido amanhã, que seria o desligamento definitivo do Paraná o Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul. É o último Banco de Fomento que tínhamos para defender nesta terra e neste instante o programa governamental que é o de instalação de agroindústrias. Não é concebível que já tendo sido encerrado o

trabalho do BADEP, não é concebível que percamos mais um Banco de Fomento, porque os Senhores Deputados, nestes últimos trinta anos de existência do BRDE, nove bilhões de dólares foram transferidos para o Estado do Cone Sul e dos 9 bilhões de dólares, três foram aplicados em território paranaense, no fomento às nossas empresas, no estímulo a nossa indústria, enfim no desenvolvimento industrial deste Estado. Nós não podemos deixar de ter fidelidade com o nosso Estado.

Acima da fidelidade partidária, acima dos princípios deve haver um princípio maior que é o amor de todos nós ao nosso Estado, de propiciar condições para que o Estado adentre à época do desenvolvimento agrícola. Eu já falei e, já usei esta Tribuna para alertar ao Paraná sobre a exportação de matéria-prima que fazemos permanentemente e volta essa mesma matéria-prima como artigo pronto e acabado, onde o esforço do nosso agricultor se perde na transferência da mesma, e nós ficamos na periferia do desenvolvimento e vendo que o grande Estado industrial que é o Estado de São Paulo se garantindo daquilo que produzimos. Enfim, é um alerta que fazemos aos homens do Governo, nesta hora em que os Governadores dos Estados do Sul se reúnem amanhã em Santa Maria para decidirem sobre assuntos da mais alta importância para o Cone Sul.

Fica aqui o nosso apelo para que o Governo do Estado reexamine a sua posição, não se retirando mais do BRDE, continuando no BRDE, reformulando a sua política, mas permitindo que continue um Banco de Fomento neste Estado, porque a simples Carteira de Fomento do BANESTADO, um Banco eminentemente comercial, que gosta e que precisa de aplicar os seus recursos a curto prazo e com retorno vantajoso. Esse Banco não terá uma estrutura necessária para atender ao programa governamental que é a instalação da agroindústria. Só o BRDE, na impossibilidade de se restaurar o BADEP, só ele poderá cumprir esta missão.

É o apelo que eu faço em nome da classe empresarial, em nome dos que trabalham nas indústrias do Paraná, é o apelo que fazemos neste instante ao Senhor Governador do Estado, através da sua Liderança na Assembléia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, com a palavra o Doutor Rosinha.

O SR. FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha) - Senhor Presidente, eu abro mão do uso da palavra em função do caráter da Assembléia de hoje, porque parece-me que tem um acordo entre V.Exa. e reitores e professores

das universidades. Neste sentido eu abro mão da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos para o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Nelson Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, com apoio do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli e Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 126/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza a conversão em cabines duplas os veículos tipo pick-up ou caminhonetes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.A.I.C., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. ao SUBSTITUTIVO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N° 126/91

PARECER:

De autoria do Ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, o presente plano de lei visa autorizar a conversão, de cabines simples em cabines duplas, em veículos tipo pick-up ou camionetes, através das empresas especializadas legalmente estabelecidas no Estado do Paraná.

O nobre Parlamentar João Preis apresentou emenda ao mesmo mudando a terminologia conversão em substituição e acrescentando: ... independente do tipo de combustível utilizado. Na Justificativa da emenda apresentada o autor entendeu oportuna a mesma por não alterar a substância da proposição original, pretendendo, apenas, adequá-la as expressões da vontade da norma jurídica a ser implementada.

Chamada esta Comissão, conforme disposto no § 2º, do art. 33, do Regimento Interno e obedecendo os ditames do § 1º, do art. 142, do mesmo Regimento, que cita que apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presiden-

te encaminhá-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas, é este Relator favorável a emenda apresentada ao projeto em questão, já que a mesma encontra-se em conformidade com Regimento Interno desta Casa de Leis e, tampouco, fere qualquer norma constitucional ou legal, visando, sim, dar melhor adequação à proposta originalmente apresentada.

Assim sendo, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação da Emenda apresentada ao Projeto de Lei n° 116/91.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 106/91, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA/OF. N° 21/91, que cria no quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, 03 (três) cargos de provimento em Comissão de Assessor de Recursos, todos com a simbologia DAS-4. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. ao SUBSTITUTIVO GERAL.

PROJETO DE LEI N° 106/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, 03 (três) cargos de provimento em comissão de Assessor de Recursos, todos com a simbologia DAS-4.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Alçada.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 106/91

PARECER:

O presente plano de lei, oriundo de iniciativa do Tribunal de Justiça cria no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada 03 (três) cargos de provimento em comissão de Assessor de Recursos com a simbologia DAS-4.

Como justificativa para a pretensão de criação de cargos nos grupos ocupacionais de apoio administrativo e de manutenção e ofícios na Secretaria do Tribunal de Alçada, lembra o autor do projeto, que foi au-

mentado o número de juizes de 25 para 49, com isso dobrando seus órgãos julgadores, que passaram de 4 para 8 Câmaras Cíveis, de 2 para 4 Câmaras Criminais, de 2 grupos de Câmaras Cíveis para 4 e de um grupo de Câmaras Criminais para 2, sem dotar sua Secretaria da infra-estrutura necessária para tal.

Chamada esta Comissão a opinar sobre o aspecto legal e constitucional, nada encontra que possa obstar o trâmite normal do projeto de lei em questão, já que é de iniciativa do próprio Poder Judiciário projeto de tal estirpe, conforme preceitos constitucionais.

Isto posto, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela Aprovação do Projeto de Lei n° 106/91.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

Aprovado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, lamentavelmente não estava ligado o som. Quando V.Exa. falou com relação ao Projeto de Lei 126/91, há um Substitutivo Geral?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há um Substitutivo Geral.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - A Emenda do Deputado Colombino Grassano está junta?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É do Deputado Colombino Grassano.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Ficam aprovados então o Projeto e a Emenda do Deputado Colombino e do Deputado João Preis? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Substitutivo Geral compreende tudo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto irá à 3.ª discussão.

Sobre a Mesa, requerimento de n° 979, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, com apoio dos Senhores Deputados Renato Adur, Rossoni, Doutor Rosinha e demais Senhores Deputados, constante do expediente.

Em votação.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados. Faço a leitura do meu

requerimento para depois fazer a defesa.

(O requerimento já foi lido no Expediente).

Senhores Deputados, tenho sentido que o movimento pela prorrogação de mandato de prefeitos e vereadores, tem sido tese defendida pelo Deputado José Lourenço e com apoio de inúmeros prefeitos, porque não dizer centenas deles, principalmente do Nordeste, para que a prorrogação realmente se concretize. Vivemos uma época de quase estabilização democrática, e se nós não levantarmos a nossa voz contra esse tipo de atitude, certamente isso tomará corpo e a prorrogação virá e é necessário que o Paraná se levante, mobilize as Assembléias Legislativas do Brasil, os prefeitos e vereadores que concordem com a não prorrogação e faça chegar até o Congresso, o repúdio a essa medida espúria promovida pelo Deputado José Lourenço. É necessário que o Paraná diga "não", que remeta ofícios às Câmaras de Vereadores, às Prefeituras do Paraná, dizendo para engrossarem as fileiras contra a prorrogação de mandatos.

Tenho sentido que os Deputados estaduais do Paraná usam essa tribuna para tecerem críticas a problemas do governo federal. Esse problema da prorrogação está efeto intimamente a todos os brasileiros e é necessário, Senhor Presidente, que essa Assembléia se mobilize para que faça frente à mobilização pela prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores, para que nós não retroajamos no tempo e façamos com que a democracia seja ferida de morte por mais essa medida espúria que está sendo promovida por uma meia dúzia de brasileiros impatrióticos.

Gostaria do apoio de todos os Senhores Deputados.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar a votação).

Ouvindo agora a colocação do nobre Deputado Bezerra, nós também apresentamos um requerimento com o mesmo conteúdo e o Dr. Rosinha agora me informa que o Deputado Bezerra já havia pedido para ele o apoio e tendo em vista que o requerimento do nobre Deputado precedeu a nossa iniciativa, por uma questão ética, a Bancada do PT e PSB retira o nosso requerimento e apoiamos o do Deputado Bezerra, porque foi precedido do nosso.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento. Aprovado. Está prejudicado o da Bancada do PT.

Requerimento de n° 974-A, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio dos Senhores Deputados

Rossoni, Heinz Herwig, Mário Bezerra e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

A Mesa anuncia com satisfação a presença dos alunos do primeiro ano de Fisioterapia da Faculdade Tuiuti. Estejam em casa.

Atendendo solicitação do professor Paulo Maia, e do 1º Secretário João Arruda, em caráter excepcional, nós vamos conceder a palavra aos representantes do Fórum das Universidades do Paraná.

Espero que o debate seja em caráter de alto nível e proveitoso para os professores.

Com a palavra o Senhor Professor Sidnei José Munhoz.

O SR. SIDNEI JOSÉ MUNHOZ - Boa tarde, Senhor Presidente da Mesa.

Boa tarde, Senhores Deputados.

Mais uma vez temos a honra de estarmos fazendo uso da tribuna desta Casa para falarmos sobre a situação em que se encontram as universidades paranaenses.

Nesta data apresentamos a Vossas Senhorias as propostas aprovadas no Fórum sobre as Universidades do Paraná.

(Lê):

"A comunidade universitária do Estado do Paraná debate e luta há anos por uma Universidade Pública e Gratuita que contemple o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, de forma indissociada, voltada para os interesses maiores da população.

Como resultado desta luta, assistiu-se o desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior do Paraná, ainda que precariamente e contrariando a incompreensão de sucessivos governos estaduais.

A comunidade universitária nega-se a ser subjugada e a ter o seu projeto de Universidade comprometido pela coerção do não repasse dos recursos necessários a manutenção e custeio das Instituições de Ensino Superior do Paraná, acirrado pela intransigente falta de diálogo por parte do Governo Estadual.

Neste sentido, entende-se que o impasse decorrente da falta de negociação das perdas salariais dos servidores destas instituições, até esta data (08.05.91) possui uma dimensão profunda e que somente com a imediata abertura do diálogo por parte do Poder Executivo Estadual permitirá a superação desta crise no Ensino Superior.

As propostas para negociação, com o estabelecimento real de prazos deverão contemplar os seguintes pontos:

1º) - Definição da Autonomia de Gestão Financeira das Universidades;

2º) - Definição de um órgão específico com o objetivo de fomento à Ciência e Tec-

nologia, autônomo, nos termos do Art. 205 da Constituição Estadual;

3º) - Definição de uma política salarial para as Instituições de Ensino Superior do Paraná e imediata reposição das perdas salariais ocorridas de setembro/90 até a presente data;

4º) - Quitação dos débitos trabalhistas pendentes;

5º) - Reposição salarial emergencial;

6º) - Cumprimento do Art. 181 da Constituição Estadual;

7º) - Pagamento dos dias parados;

8º) - Criação de um Fórum ampliado com a participação da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, com os Poderes Legislativo e Executivo Estadual, para a discussão de propostas para o Ensino Superior do Paraná.

Para tanto, este Fórum propõe à Assembleia Legislativa do Paraná que:

1) Sejam referendados por este Poder Legislativo os oito itens reivindicatórios apresentados;

2) Seja ampliada a comissão interpartidária de intermediação com o Governo, com a incorporação de representação de servidores das Instituições de Ensino Superior do Paraná;

3) Sejam utilizados os meios de comunicação pelos ilustres membros da Assembleia Legislativa, para informar acerca de nossas reivindicações até que a negociação seja efetivamente concretizada.

Curitiba, 08 de maio de 1991.

Senhores Deputados, gostaríamos de esclarecer que o aqui exposto, corresponde ao acúmulo do esforço da comunidade universitária que há anos vem labutando, vem trabalhando no sentido de apresentar propostas concretas para o Ensino Superior do Paraná.

Se problemas existem nas universidades, não o negamos. Reconhecemos que existem e reconhecemos que há a necessidade imediata de uma discussão que não fique apenas na superfície dos fatos, e entendemos que somente com mediação deste Poder Legislativo, será possível desencadearmos um processo de discussão, que de um lado, dote as universidades paranaenses das condições mínimas necessárias para o exercício do seu papel, no cenário político estadual, e de outro lado, através do esforço da produção, da produtividade e da competência do trabalho desenvolvido nas universidades, venhamos a conseguir dotar o Estado do Paraná dos recursos científicos e tecnológicos para que o mesmo possa efetivamente ocupar o papel que lhe cabe no cenário nacional.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo

a palavra ao Prof. Dr. João Carlos Tompson, Reitor da Universidade de Londrina.

O SR. JOÃO CARLOS TOMPSON - Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia, nobres Deputados, comunidade universitária.

A nossa peregrinação começou dia 07.01.1991, quando começamos dialogar, negociar com o Estado do Paraná, mais reforços para as universidades e a negociação de um índice de reajuste para os nossos servidores; um documento protocolado e entregue à Secretaria de Ciência e Tecnologia, o Secretário Paulo Roberto, do Governo Álvaro Dias, começamos a nossa via crucis em Curitiba, tentando negociar melhores condições de trabalho para as universidades do Estado do Paraná.

Em fevereiro o Plano Collor II, medida provisória 295. Negociou-se novamente com o Governador Álvaro Dias, mostrando que, para uma defasagem, segundo o IPC, de 114% para as universidades, o índice de 35,11% que era a medida provisória 295, posteriormente a Lei n. 8.178, faria com que a comunidade apesar de sentir-se diminuída em relação ao salário, aceitaria os 35,11% numa primeira instância.

Nem assim, conseguimos uma resposta, muito pelo contrário, foi colocado que as universidades não teriam o direito à medida provisória. Nunca imaginávamos que um dia dotaríamos para que, dentro da Universidade, uma medida provisória fosse obedecida. Com a Lei n. 8178, continuamos a peregrinar e as mesmas respostas. - As universidades não têm direito.

Após uma negociação com o Governo Álvaro Dias, em Maringá, tivemos um acerto ou um aceno, para o índice, por problemas que tivemos localmente, o Governador, que tinha dado o sinal verde, resolveu - ou pelo menos foi a desculpa voltou atrás. A partir daí as negociações ficaram mais difíceis, porque Álvaro Dias, jogou para o Governador Requião, quando da sua posse a negociação, e inclusive, um telex, dando um prazo de dez dias, para que houvesse uma resposta do atual Governador.

A comunidade esperou as administrações esperarem, e mais uma vez se viram frustradas na negociação. Houve um movimento de greve, negociações mais difíceis, saída de greve, trégua, estamos no final da trégua, e hoje foi dito, parece que há um sinal verde-claro ou amarelo-escuro para o índice de reajuste. Hoje, completando cinco meses, Senhores Deputados. Então, não foi uma negociação de um dia, dois dias ou cinco dias. São cinco meses para se tentar resgatar um pouco a dignidade do professor e do funcionário das universidades estaduais do Paraná.

Estes professores e estes servidores, que trazem a ciência, o desenvolvimento, a cultura, a tecnologia, para este Estado, encontram hoje o patamar mais baixo do arrocho salarial de sua história, que começou nas universidades estaduais há vinte anos. Há vinte anos existe este trabalho, existe esta dedicação. Porém, cada vez mais nós temos o arrocho. Cada vez mais nós temos o problema de termos que conversar com professores para que eles não saiam do Paraná. Os nossos professores qualificados em percentuais nada inferiores às melhores faculdades do Brasil, às melhores universidades do Brasil, inclusive às universidades de São Paulo.

Apesar da qualificação, apesar da tecnologia nas várias áreas, continuamos sendo descartados como se fosse somente um gasto para o Estado do Paraná, e não um investimento do Estado do Paraná. Um investimento que cinco governos estaduais fizeram e de repente se dá um "não"! Se diz que tem que cortar, tem que demitir, tem que tirar e temos que fazer cortes sem saber aonde.

Alguém ouviu falar o número e se fala este número. Alguém ouviu falar no gasto ou no custo do nosso aluno, por curso, e repete sem saber de onde vem esta informação, porque é que não se procura as administrações das universidades para que tenham os dados claros, corretos?

Por exemplo, a nível de relação aluno/professor, a nossa média, a nível de Estado do Paraná, é melhor que a média das federais. E quando se compara com a média das universidades americanas e europeias, dependendo da metodologia, nós estamos um pouco abaixo ou muito acima da média das universidades europeias. De 8.6 a 9 alunos/professor. Se nós contarmos os nossos professores titulares, nós temos uma percentagem de 20.3 alunos/professor. Enquanto nas melhores universidades americanas e europeias, dá um número em torno de 15 alunos/professor.

A nível de relação aluno - funcionário, a nossa média é igual à média das universidades brasileiras federais, em torno de 5 funcionárias por aluno, incluindo aí os hospitais universitários. Nas universidades estaduais do Paraná, nós temos um hospital universitário em Londrina e um pronto socorro em Maringá. Só no Hospital Universitário de Londrina, nós temos 1.100 funcionários para tocar diuturnamente o hospital, que atende 150 mil pessoas - ano; onde temos 12 mil internações - ano; onde temos 5 mil cirurgias - ano; onde foi realizado o 1º transplante de rim do Paraná.

Com isso, a relação funcionário - aluno cai, porque justamente o hospital, onde nós temos ensino à pesquisa e à extensão

indissociáveis, faz com que estes números se modifiquem.

Além do mais, a integração com a sociedade a nível cultural, científico, é indiscutível em todas as regiões onde nós temos Universidade.

Não é possível que se continue a fazer com que a Universidade seja o vilão da história, da falta de recursos a nível de Estado, a nível de União.

Será que a educação, a nível de Brasil, só trouxe erros, só trouxe falhas? Não trouxe nada ao nosso Brasil?

Senhores Deputados, eu acho que a maior parte dos Senhores passaram pela Universidade, eu acho que na formação tecnológica-científica do brasileiro ele passa pela Universidade, ou deveria ter passado por uma universidade para galgar uma posição social digna, e para isso deveríamos conhecer um pouco mais a nossa Universidade, deveríamos conhecer um pouco mais o desenvolvimento que se faz neste país. Se não temos mais é porque as verbas normalmente são curtas ou são utilizadas politicamente por alguns setores da nossa política que não colocam a verba no lugar certo?

Nós, na Universidade temos erros sim, temos falhas, estamos tentando corrigir principalmente a partir das eleições diretas para reitor, aonde a democratização da Universidade está tentando corrigir erros que foram cometidos por uma sociedade que hoje inclusive está mentindo para a Universidade! Sociedade que utilizou a Universidade na época do autoritarismo, sociedade que utilizou a Universidade para suas benesses, e que hoje coloca a Universidade como vilã da história, porque perderam o poder, dentro da Universidade, em todos os centros de estudos do Brasil! E isso incomoda muito gente, sim Senhor! Eu acho que o Paraná, dentro do que nós esperamos deste Estado, dos Deputados, deste Governo, temos que dar uma lição a esta sociedade que se utilizou da Universidade autoritariamente, fez o que quis durante 21 anos, e agora ao perder o poder, tenta desprezar esse trabalho que é feito dentro das instituições de Ensino Superior!

Nós não podemos nos calar frente a esta ditadura econômica que temos nas nossas Universidades! Ditadura econômica a nível de orçamento, a nível de salário, que é tão ruim quanto a ditadura dentro das idéias, ditadura ideológica! Nós perdemos tantas pessoas, tantos cérebros hoje, quanto nós perdemos na época da perseguição ideológica! É isso que o Paraná quer? que nós percamos os nossos cérebros para outros centros? Que o desenvolvimento se passe para outros centros?

Os Senhores têm uma função fundamental, nesta luta conjunta, Universidades e

Poder Legislativo. Passa pela mão dos nobres Srs. Deputados a própria vida, a própria subsistência de nossas Universidades! E o Paraná, como um todo, está de olho neste trabalho de todos os Senhores, para que possamos ter um Ensino Superior digno e tendo um Ensino Superior digno, teremos um 1º e 2º graus também dignos, e ao mesmo tempo o resgate de uma Universidade pública, gratuita e autônoma!

Isso que a comunidade universitária traz aos Senhores e não abre mão disso!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Professor Valdevino Ribeiro da Silva.

O SR. VALDEVINO RIBEIRO DA SILVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais autoridades presentes, caros colegas:

A minha vinda a este microfone tem por finalidade enfatizar alguns dos dados que já foram passados aqui, pelos que me antecederam.

Eu gostaria de falar, diretamente em números, aos Srs. Deputados, da formação do corpo docente. Não são dados nossos, são dados da CAPES, Curso de Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Superior. Hoje o custo de um doutor, numa Universidade do Brasil, se a gente fosse somar salário, bolsa, o custo da pesquisa e o investimento dele mesmo, em deslocamento, está beirando 100 mil dólares.

Senhores, nós estamos perdendo de 87 para cá estes Doutores para outras Universidades que apresentam a esses Doutores para outras Universidades que lhes apresentam melhores condições de trabalho. A cada Doutor que nós formamos no Paraná e que se desloca para um outro Estado para poder exercer a função para a qual ele foi formado, o Paraná perde, é dilapidado do patrimônio do Estado 100 mil dólares.

Esse custo, hoje se acirra bem mais, a partir de 87 ele vem se acirrando, o dado do nosso salário de Estado de 87 para cá, nós estamos ganhando hoje 22% do que ganhávamos em 87; a previsão mais otimista nossa é de que nos próximos 15 anos, se nós, a partir de agora, revertermos o quadro, nós no máximo estaremos repondo as condições de trabalho que nós tínhamos em 87. Nós vamos demorar uma década e meia para repor as perdas de pessoal e de infra-estrutura que nós tínhamos em 1987.

Eu gostaria de mostrar aos Srs. Deputados que 100 mil dólares é o preço de um prédio e que a cada vez que um doutor deixa de exercer a função de doutor dele numa Universidade Pública do Paraná e passa a exercer, ou na instituição privada, ou em uma outra instituição de ensino que não

seja no Paraná, é um prédio de uma das nossas Universidades que está sendo implodido. Isso é dilapidação do patrimônio público também. Eu gostaria de, pelo menos, esclarecer aos Srs. Deputados que outras leis passarão por este Plenário e que os Srs., conscientes ou não, estão dentro dessa perspectiva política, participando dessa dilapidação pública; estão, conscientes ou não, participando dessa inviabilização do sonho paranaense que foi de ter a melhor Universidade do Brasil. Eu gostaria Srs. de continuar apostando que a formação dos Srs., o bom senso predomine e nós voltemos a pensar em condições objetivas para que façamos a recuperação da Universidade do Paraná, para que façamos nesses próximos anos, eu não digo nem o avanço, estou só reivindicando a recuperação das condições de trabalho e das condições de produção da nossa Universidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Senhor Presidente, Srs. Deputados, eu venho à tribuna na tarde de hoje para convidar todos os Deputados e o público presente para que participem do Seminário que será realizado amanhã, dia 09, com início às 9:00 horas, com término no dia 10, às 16:00 horas, sobre a questão da Região Metropolitana de Curitiba. Cresce a nossa Região Metropolitana de forma desordenada, nós precisamos buscar o novo ordenamento, para tanto, precisamos discutir no Seminário, aonde falaremos com os Prefeitos e com os Deputados, com as Universidades, com os técnicos do Governo as questões que envolvem transporte coletivo, saneamento básico, habitação, meio ambiente, segurança pública, enfim, todos os problemas que envolvem a esta Região Metropolitana de Curitiba. Queremos contar com a participação de todos os Deputados, já nos grupos de trabalho presidirão, os grupos de trabalho, Deputado Algaci Túlio, Deputado Quielise Crisóstomo, Deputado Geraldo Cartário e Deputado Nelson Justus, e precisamos contar com a presença de todos os Deputados, não só os Deputados da Região Metropolitana, mas os Deputados que têm um compromisso com o Paraná; porque aqui, afinal vivem dois milhões e meio de habitantes.

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa felicita o Deputado Algaci Túlio e a Deputada Emília Belinati, pela coordenação do Fórum do Ensino Superior. O Deputado Algaci Túlio ainda tem a incumbência de representar esta Presidência nos entendi-

mentos com o Poder Executivo. Consultamos os dois se querem fazer uso da palavra. Deputado Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Reitores, funcionários das universidades, estudantes:

Ontem a Assembléia Legislativa do Paraná mais uma vez, tornou-se o ponto principal em relação ao debate da crise que atinge o ensino, não apenas do Paraná, mas do Brasil.

(Lê):

O debate sobre a educação - nos seus mais diversos níveis, da Pré-escola à Universidade - se sempre foi aconselhado, hoje é inevitável.

Ou discutimos a realidade do ensino em nosso País, ou aceitamos a inclusão de nossos nomes no atestado de responsabilidade pelos descaminhos da educação, ou talvez, irresponsabilidade pelos caminhos da deseducação brasileira.

A trajetória percorrida pelos cursos superiores no Brasil, desde a sua criação, em 1827, pelo ato adicional 1834, até nossos dias, obriga uma reflexão sobre os objetivos de formação de uma elite intelectual, administrativa e política, qualificada para dirigir melhor a sociedade e atendendo às necessidades sociais do País.

Percorrido mais de um século de ensino superior e um pouco menos de universidades, assistimos a um triste enfrentamento de forças onde se chocam argumentos favoráveis e contrários à atuação das nossas universidades.

A revista Veja, inegavelmente importante veículo de informação, chegou esta semana às bancas, encartada pela questão, nunca tão atual como agora, do ensino superior: o suicídio das elites - como o Brasil queima seu futuro em universidades perdulárias e ruins - sugere a chamada de capa da revista.

Naturalmente, comete falhas, injustiças e equívocos, resultantes da generalização e da comparação por meio de parâmetros desiguais.

O fato que gerou a reportagem, entretanto, é inegável: o ensino superior está em crise.

No Paraná, a situação é dramática - a crise na Universidade Federal concorre com as dificuldades para manutenção das instituições estaduais de ensino.

Nossos jovens estudantes enchem as ruas com rompanes de protesto diante da proposta do governo Collor de privatização do ensino superior.

A proposta oficial recebe e coleciona críticas por querer resolver isoladamente o problema do ensino superior público, como se não fosse ele peça numa ampla engrenagem sócio-econômico-político e cultural.

O MEC institui a figura de um serviço obrigatório aos egressos das universidades federais, para que com isso, "indenizem" à sociedade o que esta gastou, ficando dispensados aqueles que pagarem em dinheiro a instituição. Só prestariam o serviço, portanto, aqueles que não têm dinheiro para comprar a sua Carta de Alforria, como muito propriamente concluiu o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

As declarações oficiais têm se especializado em enxovalhar o nome de nossos pesquisadores e professores, acusando-os de ineptos, ociosos e perdulários.

Darcy Ribeiro, um grande educador, sintetizou a crise na universidade brasileira, há muito tempo: É um monte de gente fingindo que ensina e um monte de gente fingindo que aprende".

No Paraná, a Universidade Federal, capitaneada pelo Magnífico Reitor Carlos Alberto Faraco luta para existir, caminha junto com a sociedade, tem produção vasta e de excelente qualidade, mobiliza-se e é objeto de constantes demonstrações de defesa.

Seguramente podemos dizer que a Universidade Federal do Paraná não quer, apenas, sobreviver à crise, mas quer crescer apesar dela.

A quem interessa o sucateamento do ensino superior, o achincalhamento de nossos professores e pesquisadores e ridicularização da produção acadêmica?

Se o argumento é de que a universidade pública, estadual e federal, atende aos ricos, ao invés de acabar com ela, não seria mais prudente, democrático e até humano redividir a riqueza?

Problemas importantes que afetam à população reclamam soluções; as soluções reclamam pesquisas; as pesquisas reclamam recursos; o governo reclama que a universidade é perdulária e emprega mal os recursos que são suficientes.

Hoje, portanto, aqui poderemos, dentre outros discutir a forma de fazer esses recursos realmente suficientes.

Meio milhão de estudantes vivem o drama do ensino superior num dos países que mais tarde implantou a universidade, no mundo.

Privatizar não é garantia de qualidade, conforme provam as unidades particulares de ensino superior, também em franca crise.

Os recursos arrecadados com uma possível privatização são irrisórios diante do quadro geral.

Não se reformará a educação a partir do "Teto". A Lei 5692/71 tentou e não conseguiu. O Projeto e o projetinho também não conseguirão.

E basta, para isto, enxergar a reali-

dade da Suíça, o País que detém a maior média de publicações científicas em revistas especializadas em todo o mundo, e cuja educação foi revolucionada, há muito desde a infância, pelos conceitos de Jean Piaget. É no ventre que se formam os novos cidadãos.

(TERMINA DE LER)

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Reitores, funcionários de universidades e estudantes.

Esta Assembléia abriu, mais uma vez, como vem fazendo ao longo dos anos as portas para o debate, e no fórum que nós promovemos ao lado da Deputada Emília Belinati iniciado na manhã de ontem, com a presença de várias autoridades, com a presença de muitos dos Senhores Deputados nós podemos mostrar a todos a realidade da crise das nossas universidades. A palestra feita pelo Magnífico Reitor Carlos Alberto Faraco mostrou a importância da nossa Universidade, a primeira do País. Mostrou o quanto ela trabalha, o quanto ela produz apesar do orçamento irrisório que ela tem. A palestra que tivemos na sequência do representante do MEC evidentemente encontrou a reação por parte da classe estudantil não aceitando determinadas posições e não aceitando, principalmente, o projetinho que está aí para ser votado no Congresso Nacional.

Tivemos à tarde, no dia de ontem, a palestra do Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná, ex-Deputado Maurício Fruet. E ao final dela tivemos um debate entre os participantes, um debate bastante proveitoso entre o reitor da Universidade Federal do Paraná, entre o Secretário Maurício Fruet e os quatro reitores que nos deram a satisfação de tê-los aqui nesta Casa. E hoje pela manhã esse fórum complementou-se com a participação da Comissão de Educação desta Assembléia e tiramos várias conclusões. Por exemplo no fórum iniciado na manhã de ontem que analisou mais propriamente a situação da Universidade Federal do Paraná, tirou-se a seguinte proposta: aprovação de uma carta em defesa do ensino superior público gratuito e de qualidade, aprovação pelo Congresso Nacional das leis de diretrizes e bases da educação. Envio de carta à revista Veja em repúdio ao modo simplista com que tratou a questão do ensino superior, atingindo, pela generalização, instituições com excelente produção como as paranaenses.

- Endossamento da contra-proposta do sindicato nacional de docentes do ensino superior - ANDES - ao projeto do Governo Collor de Melo para a educação.

- Apelo ao Governador para que abra negociação com o comando de mobilização das instituições estaduais de ensino superior.

- Encaminhamento das conclusões desse fórum às autoridades nacionais e estaduais em defesa da Universidade Federal do Paraná e das universidades estaduais.

- E a complementação do fórum, feita hoje pela manhã, com as propostas já colocadas aqui por um dos Senhores reitores.

O apelo que nós fazemos neste momento: estamos encaminhando à Mesa, Senhor Presidente, um requerimento em que pedimos o apoio dos demais Deputados na assinatura ou simplesmente na votação para este elenco de propostas tiradas deste fórum seja aprovado por este Plenário e seja encaminhado às autoridades.

(Lê teor do requerimento, conforme fotocópia anexa).

SÚMULA: Requer a aprovação das conclusões do FÓRUM SOBRE AS UNIVERSIDADES DO PARANÁ.

Os Deputados autores do presente, adiante subscritos, REQUEREM, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, acolhimento com posição oficial do Poder Legislativo das propostas e conclusões aprovadas no FÓRUM DE DEBATES SOBRE AS UNIVERSIDADES DO PARANÁ, realizado neste Poder Legislativo, nos dias 07 e 08 de maio, constantes do anexo.

Eu tenho certeza que os Senhores Parlamentares, de todos os Partidos, receberam, aí nas suas Bancadas, as propostas. E são essas as propostas que nós queremos, Senhor Presidente, encaminhando, agora, oficialmente à Mesa, assinado pela Deputada Emília Belinati, por este Deputado e pelos demais Deputados que assim o desejarem, que V.Exa. coloque em discussão e votação este requerimento, para que, evidentemente, seja encaminhado ao Senhor Governador do Estado, ao Secretário da Administração, da Casa Civil, da Ciência e Tecnologia, do Planejamento, Educação e Cultura.

Ao encerrar, Senhor Presidente, mais uma vez o nosso muito obrigado à Mesa Executiva desta Assembléia que nos proporcionou esta imensa alegria e satisfação de receber aqui nesta Casa, neste início de Legislatura, um número tão grande e de tamanha qualidade de reitores, estudantes e funcionários das universidades. Certamente estamos felizes porque pudemos fazer o papel político que nós Parlamentares e a Assembléia têm que fazer, proporcionando com isso até espaço muito grande na mídia, porque, com a realização do fórum aqui na Assembléia, aqui vieram as televisões, os jornais, emissoras de rádio para dar a cobertura, com isso, certamente, o clamor, o

grito das universidades do Paraná deve estar chegando bem próximo, ou quem sabe já, junto à Mesa, junto ao gabinete do Senhor Governador do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

(PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Último orador inscrito, Deputado Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, companheiros e companheiros trabalhadores das universidades.

Nós queremos dizer que a Assembléia Legislativa hoje, mostrando seu caráter de poder independente, abre as portas para a comunidade universitária para que aqui possa mostrar o rosário de sofrimento e penúria em que andam as universidades estaduais. Desfiaram neste rosário toda a história das universidades que, acredito, foi muito útil e esclarecedor a todos nós Deputados Estaduais do Paraná. Isso, no nosso entender é muito bom, e parabenizamos à Mesa Executiva para que se repita em outros momentos em outras oportunidades e aja como poder independente abrindo as portas para a sociedade civil organizada para que aqui se manifeste.

Nós, já em sessões anteriores, temos tomado posição em defesa das universidades estaduais, em defesa do ensino público e gratuito e de boa qualidade, temos tomado defesa ao lado dos professores e dos reitores, defendendo essas universidades.

Fazemos isso porque sabemos que a classe trabalhadora não só paranaense, mas nacional se não tiver a escola pública em todos os seus níveis para estudar, o filho dessa classe trabalhadora não poderá e não conseguirá estudar.

Sabemos que a proposta da elite brasileira é afastar cada vez mais o trabalhador de dentro das universidades, de dentro da escola, mas nós lutamos contra isso.

Queremos que a educação no Brasil, não seja a educação de que o aluno simplesmente aprenda a dizer "sim senhor e pois não".

Queremos uma educação que contribua para libertação dos oprimidos, para a libertação de todos os trabalhadores. E sabemos que isso é possível. Tanto é possível, que todos os governantes brasileiros fazem um discurso em defesa da escola pública, em contrapartida procuram destruí-la e investir no setor privado. 45% do dinheiro do MEC é investido em subsídio para as escolas privadas.

Sabemos também que não é possível, nenhum trabalhador estudar na escola privada, porque a despesa, o gasto é muito alto e isso também não seria o local adequado de estudo uma vez que nós defendemos a es-

cola pública como direito de todos os cidadãos e como dever do Estado. E as escolas vêm sendo destruídas. Sabemos hoje que funcionários qualificados das escolas estaduais estão indo para o setor privado porque o salário é melhor e esses funcionários, foi investido neles, na formação deles pelo dinheiro público.

Sabemos que têm professores da rede pública estadual tirando dinheiro do próprio bolso, do mísero salário que percebe para poder investir em pesquisa. Acreditando ainda na pesquisa.

Por isso, nós do PT, junto com o Deputado Algaci Túlio que nos antecedeu, que pediu a aprovação desse requerimento, reforçamos e pedimos para que esse requerimento seja votado hoje aqui, porque é muito importante que isso seja encaminhado em regime de urgência.

Também queremos solicitar do Deputado Algaci Túlio, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, designado pelo Presidente Anibal Khury, para que marcasse a reunião da Comissão Interpartidária com o Governador, para que se possível fizesse isso o mais rápido possível.

O Sr. Paulo Maia - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DR. ROSINHA - Um momentinho, pela ordem, Senhor Presidente, o Deputado Paulo Maia está pedindo um aparte e o Professor João Batista, creio que posso conceder.

Então, pela ordem, Deputado Paulo Maia, depois professor João Batista.

O Sr. Paulo Maia - Nobre Deputado, nós nos associamos à iniciativa de V. Exa., quando destaca inclusive a forma democrática com que hoje a Mesa Executiva aceitou a proposta de participação das universidades nesta Casa e nós destacamos essa iniciativa, mostrando que num ato de grandeza a Assembléia Legislativa do Paraná, posso assim dizer na sua totalidade dos membros que aqui representam, estão sensibilizados com o problema das universidades.

Nós também destacamos a iniciativa do nobre Deputado Algaci Túlio da nobre Deputada Emília Belinati, na execução desse fórum. Isso foi de suma importância assim como as manifestações deste Plenário.

Eu creio que num ato de grandeza, a Assembléia Legislativa está registrando aqui a sua participação neste momento difícil, porque neste momento também as universidades vivem um momento de impasse, quando amanhã em todas as regiões devem se realizar assembleias regionais para provavelmente a retomada do movimento de paralisação, visto que em cima de uma proposta do Governo Requião as mesmas voltaram da

paralisação aguardando que a negociação se desse.

Infelizmente até hoje isto não aconteceu e esperamos que ainda hoje os nobres companheiros, através da Liderança do PMDB aqui, possam interceder também junto ao Governador Requião e hoje mesmo nós possamos demonstrar que o Paraná tem interesse de resolver os seus problemas sociais, problemas que envolvem a sua escola pública, a sua escola de terceiro grau. E temos a certeza que essa abertura, que essa disposição de diálogo do Governo Requião há de enaltecê-lo ainda mais e demonstrar que no gesto de grandeza ele também está sensibilizado com os problemas da Universidade Paranaense procurando, através da abertura desse diálogo mostrar os fatos de ambos os lados para que a sociedade paranaense não perca mais uma vez com uma paralisação. Neste momento está esperando resultado dessa intervenção, Cascavel e toda a sua região, está esperando uma solução Londrina e toda a região, Maringá e toda a região, enfim, espera uma solução todo o Paraná. A solução pelo diálogo, pela grandeza do diálogo que é o que pedem as universidades e as faculdades estaduais do Paraná. Elas não estão pedindo nada mais nada menos que o diálogo prevaleça num gesto de grandeza de todas as partes para que este impasse seja resolvido e as reivindicações das universidades possam ser ouvidas e atendidas. E nós temos certeza que envolvendo hoje toda a Assembléia Legislativa também o Governo Requião há de num gesto de grandeza, volto a repetir, há de recebê-los para a solução deste impasse, via diálogo, que nós acreditamos que é o caminho mais viável para a sociedade.

Muito obrigado pelo aparte.

O DR. ROSINHA - Pela Ordem, eu concedo a palavra ao professor João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós os professores aqui presentes queremos agradecer, de certa maneira, e parabenizar por este gesto de abertura com que a Assembléia nos recebe para este diálogo e para início desse movimento de negociação colocado agora há pouco pelo Senhor Deputado.

Eu queria apenas dar alguns números referentes àquilo que foi colocado antes pelo professor, Dr. Thompson, nosso Reitor, e que foi discutido hoje pela manhã. Há um problema grave, por exemplo, em Londrina, em relação à nossa Biblioteca. Os senhores sabem o que pesa para nós, o que pesa para o ensino, o que pesa para a pesquisa, o que pesa para nós professores a busca da biblioteca para que funcione como um pulmão da Universidade. É lá onde nós

vamos nos abastecer, é lá onde nós vamos levar os alunos diariamente, é para lá onde nós vamos caminhar as nossas pesquisas, pois a universidade de Londrina este ano não comprou uma revista, um livro novo e não entrou, uma assinatura do ano passado não entrou mais este ano na Universidade de Londrina. As revistas internacionais, as revistas nacionais, de pesquisa, de profundidade, que levam as nossas universidades a avançar, a conquistar um conhecimento novo, a robustecer um conhecimento antigo que nós tínhamos, nós estamos parados. A universidade não tem, a biblioteca não caminha mais, fora o desgaste daqueles livros que nós sabemos que com o tempo precisam ser repostos. Nós temos um professor mestre na universidade de Londrina, estou citando exemplos típicos, que ganha oitenta mil cruzeiros e é um mestre, desloca-se semanalmente para São Paulo por seu próprio bolso para fazer o curso de doutorado ganhando oitenta mil cruzeiros. Esse professor veio de Minas Gerais, veio para a Universidade de Londrina, estava trabalhando conosco há mais de três anos querendo fazer o seu doutorado, paga quarenta mil cruzeiros de aluguel de casa em Londrina. Como é que esse professor vai viver no Paraná, trabalhar conosco com oitenta mil cruzeiros de salário? Eu já não falaria para V.Exas. do meu caso particular; eu tenho praticamente vinte anos de Universidade de Londrina, sou doutor pela Universidade de São Paulo, fiz o pós-doutorado agora na França com dois anos e meio de estudo, estou ganhando cento e quarenta e seis mil cruzeiros. Não dá para nada. Eu tenho aluguel da minha casa e o colégio dos meus filhos. É impossível com 146 mil cruzeiros quando um motorista de ônibus da Garcia ganha muito mais do que eu, mas não quer dizer com isso que o motorista não seja apto, não seja digno que ele ganha. É correto. O problema não está aí. O problema é mostrar toda a colocação que nós temos hoje, com a responsabilidade de pesquisa, com a responsabilidade de levar os alunos para o ensino. E eu só tenho essa dedicação, eu não tenho outra dedicação por fora para fazer senão pensar na Universidade.

Nós temos enfermeiros no HU com 19 anos de dedicação ganhando 29 mil cruzeiros. É impossível uma coisa dessas. Eu acredito que qualquer funcionário aqui desta Casa ganha mais do que aquele companheiro nosso que se dedica ao Hospital Universitário, já com 19 anos de casa e ganhando 29 mil cruzeiros. É impossível uma coisa dessas.

Então, companheiros, Senhores Deputados. Aqui nós queríamos apelar apenas para Vossas Excelências para que nos ajudem e percebam que o nosso grito não é unicamen-

te, é também e agora por salário. Nós não podemos negar isso. A coisa já foi colocada contundentemente. Mas, nós estamos também na defesa da Universidade.

Quando no mês passado eu pedia à Secretaria da CCH da Universidade para que comprasse quatro mapas para eu colocar no quadro - eu dou aula de engenharia, arquitetura, ciências sociais, eu dou aula de planejamento urbano - porque eu preciso de quatro mapas do município de Londrina, do Estado do Paraná para eu colocar no quadro e mostrar a cada um dos alunos porque muitos não conhecem de todo o Estado ou não conhecem de todo Londrina porque vem de outras regiões do Estado, e a Secretaria me informou que não tinha dinheiro para comprar os quatro mapas e colocar no quadro.

É esta a Universidade que nós pedimos aos Senhores, na defesa dessa Universidade, na Universidade séria, pública, gratuita, mas de bom nível, uma Universidade que eleve o nome do Paraná porque estamos aqui dedicados a isso. Nós não estamos pedindo aos Senhores uma coisa que seja exorbitante. Nós queremos a consciência pública do Deputado paranaense, que entenda que a Universidade pertence a este Estado, ao seu desenvolvimento, ao seu conhecimento, à sua formação como um Estado livre, soberano, democrático no contexto do Brasil como um todo.

É isso, Senhores Deputados. A presença dos Senhores nessa luta é a presença do povo londrinense que está olhando para os Senhores e pedindo e exigindo cada vez mais o compromisso seu com o estudo, com o ensino de 1º, 2º e 3º graus, mas pedindo também a compreensão para que ajudem a gente para que levemos à frente esse teor sério que nós queremos dar à Universidade. Queremos dar também aos compromissos contratuais, com os nossos salários, com a nossa vida no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Para a conclusão do seu discurso, com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Eu agradeço a intervenção do Deputado Paulo Maia, do Professor João Batista e, nas oportunidades que eu usei da palavra na Assembléia Legislativa, em alguns momentos eu fui apartado por Deputados, principalmente do PMDB, e que dizia que o Governador iria receber para negociar assim que a greve se acabasse. Os professores voltaram ao trabalho e até agora o Governador não recebeu ninguém.

Os professores, junto com a Reitoria, estão mostrando a realidade que existe nas

universidades estaduais do Paraná, realidade essa que quando era dita por mim alguns Deputados chegaram a dizer que não era para acreditar porque o Deputado que estava falando era do Partido dos Trabalhadores, e que a realidade não era bem essa, que a realidade é aquela que o Governador mostra nos meios de comunicação.

É muito bem vinda essa demonstração que os professores estão dando aqui para mostrar que a Universidade Pública Estadual está falida e sucateada pela administração que deixou o Palácio no dia 15 de março, e que para resolver esse sucateamento e essa destruição é somente com a diálogo e negociação e não somente com uma cabeça pensando como quer o Governador Roberto Requião.

Essa negociação é o que buscam os reitores e professores das universidades, e é o que busca aquela comissão que foi aprovada por esta Assembléia e que o governador insiste em não receber. É o que busca o diálogo hoje travado e é o que busca o requerimento apresentado pela Deputada Emília Belinati e pelo Deputado Algaci Túlio, com o meu apoio para que a gente entre nessa negociação. Quero dizer a todos os professores, trabalhadores e alunos da Escola Tuiuti aqui presentes, o meu mandato, o mandato dos meus companheiros do Partido dos Trabalhadores, está à disposição de todos os professores e de todos os trabalhadores, como instrumento de defesa da escola pública e da democratização do Estado e da vida que devem ter as universidades, contra a morte das Universidades.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimentos de n°s 974, 975, 977, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 976, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 978, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 981, 982, de autoria do Sr. Deputado Dobradinho da Silva, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 983, de autoria dos Srs. Deputados Cezar Silvestri e Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 984, de autoria do

Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 985, 986, 987, 988, 989, 990, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 991, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Paulo Maia, constante do expediente. Prejudicado.

Requerimentos de n°s 992, 993, 994, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 996, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, e da Sra. Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 997, de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio e Emília Belinati, com apoio dos Srs. Deputados Doutor Rosinha e Colombino Grassano, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Só para lembrar que a manobra do ilustre líder do PMDB, tem o objetivo de levar esses requerimentos para a sessão de amanhã, quando as galerias estarão esvaziadas e talvez possam fazer o seu voto de uma forma mais oculta.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento do Deputado Pessuti é regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 126/91.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 106/91.

Levanta-se a sessão.